

**EXTRATO Nº 30/2025 - SECOP/DVCC/SCOA**

1.ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 019/2023 - TJAM.

2.PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2024/000056047-00.

3.DATA DA ASSINATURA: 16/04/2025.

4.PARTÍCIPES: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por intermédio da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o SIDIA Instituto de Ciência e Tecnologia

5.OBJETO: O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação da vigência pelo período de 36 (trinta e seis) meses do Acordo de Cooperação Técnica nº 019/2023 - TJAM, relativo ao estabelecimento de cooperação mútua para o desenvolvimento de soluções, no âmbito da inovação e tecnologia, aplicáveis ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Os projetos e atividades específicos que farão parte da cooperação serão definidos em Plano de Trabalho, a ser apresentado através de aditivo ao presente Instrumento, os quais serão elaborados de forma circunstanciada a partir de objetivos acertados pelos partícipes, com objetivos específicos a serem atingidos, bem como o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

7.VIGÊNCIA: O prazo de vigência estabelecido na cláusula terceira do presente acordo, fica prorrogado pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 21 de maio de 2025.

Manaus/AM, 16 de abril de 2025.

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 40/2025 - SECOP/DVCC/SCOA

1.ESPÉCIE: Termo de Doação nº 03/2025 - TJAM.

2.PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2024/000062947-00.

3.DATA DA ASSINATURA: 14/05/2025.

4.PARTÍCIPES: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Amigos da Família.

5.OBJETO: Constitui objeto do presente termo, a doação de bem inservível classificado como MOBILIÁRIO, descritos no anexo único, no total de 44 (quarenta e quatro) unidades, destinados ao INSTITUTO AMIGOS DA FAMÍLIA - IAFAM para fins de interesse social, devendo ser transferidos e retirados pelo DONATÁRIO a partir da assinatura deste.

6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O objeto consubstanciado no presente instrumento fica sujeito às normas da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

7.DA TRANSFERÊNCIA: Por este instrumento fica definitivamente transferida a propriedade dos referidos bens para o DONATÁRIO, que se responsabilizará, a partir desta data, por todos os ônus e obrigações a eles inerentes, inclusive no que tange ao correto descarte ambiental.

Manaus/AM, 14 de maio de 2025.

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 39/2025 - SECOP/DVCC/SCOA

1.ESPÉCIE: Termo de Doação nº 04/2025 - TJAM.

2.PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2024/000060049-00.

3.DATA DA ASSINATURA: 13/05/2025.

4.PARTÍCIPES: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Olhar Solidário.

5.OBJETO: Constitui objeto do presente termo, a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO e ELETRÔNICO, descritos no anexo único, no total de 38 (trinta e oito) unidades, destinados ao INSTITUTO OLHAR SOLIDÁRIO para fins de interesse social, devendo ser transferidos e retirados pelo DONATÁRIO a partir da assinatura deste.

6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O objeto consubstanciado no presente instrumento fica sujeito às normas da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

7.DA TRANSFERÊNCIA: Por este instrumento fica definitivamente transferida a propriedade dos referidos bens para o DONATÁRIO, que se responsabilizará, a partir desta data, por todos os ônus e obrigações a eles inerentes, inclusive no que tange ao correto descarte ambiental.

Manaus/AM, 13 de maio de 2025.

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

SEÇÃO III

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTOS

PROVIMENTO N.º 492/2025-CGJ/AM

Dispõe sobre a padronização e regulamentação das atividades dos Juizes de Paz no âmbito das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas.

O DESEMBARGADOR CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 98, inciso II, da Constituição Federal, que prevê a Justiça de Paz com atribuições conciliatórias e de celebração de casamentos, exercida por juizes de paz eleitos, nos termos da lei;